



CORPO DE DELITO

Ne me quitte pas

Se o Estado lhe bate, o cidadão vê as coisas pelo lado positivo, e afirma: ao menos não tem amantes nem bebe. Se tem amantes, consola-se: que se há-de fazer?



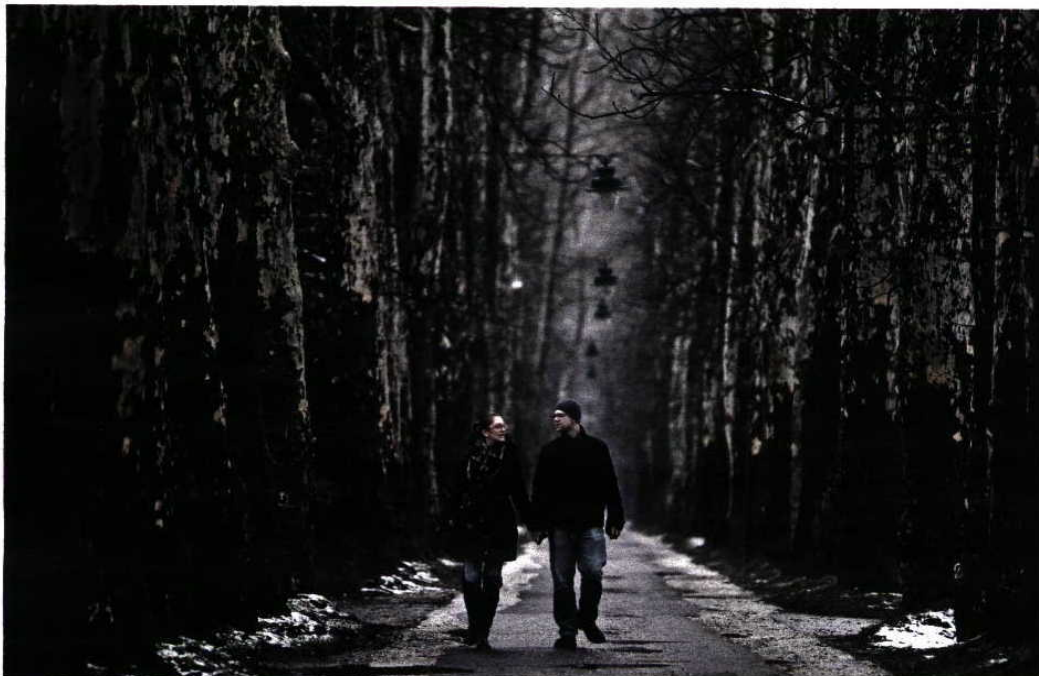
Rui Patrício

O cidadão português está há tanto tempo casado com o Estado que já não sabe viver de outra maneira. O Estado é pai, mãe, companheiro, amante. Não há vida antes dele, para além dele ou sem ele. Se a relação fosse representada por uma canção, seria "Ne me quitte pas", de Brel. Se fosse por um filme, seria "Um Chá no Deserto", de Bertolucci, sendo o cidadão aquele gordinho emasculado e escorregadio que conduz a mãe despótica e rabugenta pelo deserto. Se fosse por um episódio bíblico, o cidadão poderia ser o bom Abraão, disposto a sacrificar o filho Isaac a mando do Senhor; disposto a todos os testes, todas as dádivas, todas as provações e, no fim, disposto a todo o reconhecimento pela misericórdia do seu Senhor, que nunca o abandona.

Se o Estado lhe bate, o cidadão vê as coisas pelo lado positivo e afirma: ao menos não tem amantes nem bebe. Se tem amantes, consola-se: que se há-de fazer, ele é assim?, mas ao menos não bebe, não joga e é bom pai. Se bebe, joga, tem amantes e lhe bate, mesmo assim o cidadão pacifica-se, pensando e afirmando: que hei-de fazer, casei com ele, é o meu Estado. O cidadão nasceu e foi educado para esse casamento, sem ele não sabe fazer grande coisa. Inicialmente, responsabilidade, autodeterminação: são coisas impensáveis, não é conversa de cidadão sério e honrado, são quase poucas-vergonhas. Estar casado com o Estado é o seu destino, a sua vida. O Estado cuida, ama, subsidia, ampara, planeia, orienta, conforta, ajuda. Também bate, esbulha, abandona, engana e violenta. Mas isso são pecadinhos, coisas que se perdoam e aceitam, coisas que se incorporam no destino, em nome de algo muito maior: o casamento com o Estado e a incapacidade de viver fora desse casamento. Há momentos em que o cidadão quase se rebela, quando o cansaço, o tédio ou as feridas de séculos lhe pesam mais que a conta. Há dias assim. Mas nunca são suficientes para que o

cidadão mude de vida, se emancipe, seja senhor de si, tornando-se sujeito e deixando para trás a condição de objecto. Não, isso seria de mais, isso seria contra a sua natureza, contra séculos de hábito; seria assustador, demasiado pesado. Perante a insuportável ameaça da iniciativa própria, da responsabilidade, da autonomia, abate-se sobre ele o temor e o tremor; o cidadão recua e aceita tudo, permanecendo consolado no seu casamento.

E se o Estado, num assomo de modernidade, lhe sugere que se emancipe, que arejem o seu casamento, ou até que evoluam para uma união de facto, uma relação aberta ou uma amizade colorida, o cidadão português reage com pavor, sente-se perdido, e imediatamente canta – imitando a voz roufenha e suplicante de Brel – "Ne me quitte pas". E o Estado (também ele tão visceralmente português) acaba sempre por deixar as coisas como estão. Tudo acaba bem. E o cidadão – imitando a voz roufenha e vibrante de Brel – canta "Mathilde". Mathilde voltou. Ela está de volta, tudo está bem. Cidadão e Estado continuam agarradinhos, para mais uns séculos. *Advogado. Escreve ao sábado*



Sacrée Mathilde, qui m'a déchiré